

# AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE A TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE

Gustavo Biscaia de Lacerda  
(Organizador)



Gustavo Biscaia de Lacerda  
(Organizador)

# As Políticas Públicas frente a Transformação da Sociedade

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Rafael Sandrini Filho  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
P769	As políticas públicas frente a transformação da sociedade [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Biscaia de Lacerda. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-528-0 DOI 10.22533/at.ed.280190907  1. Brasil – Política e governo. 2. Políticas públicas – Brasil. 3. Sociedade. I. Lacerda, Gustavo Biscaia de.  CDD 320.981
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

“A sociedade em transformação”: à primeira vista, essa frase pode parecer uma redundância, na medida em que, por definição, todas as sociedades estão sempre mudando, seja por meio da sucessão das gerações, seja por meio de inovações (intencionais ou não, grandes ou pequenas), seja por meio de mudanças ambientais. Nesse sentido, há 25 séculos, Aristóteles formalizava a concepção grega de que, em contraposição à orbe celeste – imutável, perfeita e incorruptível –, o mundo sublunar caracteriza-se pela corruptibilidade e pelas constantes mudanças.

Ora, o sentido específico da presente afirmação da “transformação da sociedade” consiste nos fatos de que as sociedades contemporâneas vivem as mudanças conscientemente; de que as mudanças sucedem-se com grande rapidez e de que – e isto é o mais importante para nós – desejamos ativamente as mudanças. É na busca ativa das mudanças sociais que as políticas públicas assumem um caráter especial, na medida em que é graças à ação coordenada do Estado com e sobre a sociedade que se pode implementar, de maneira razoavelmente racional, planejada e sujeita ao permanente escrutínio público, todo um conjunto de medidas que visam a melhorar o bem-estar social, bem como o equilíbrio ambiental.

Nesses termos, o presente livro reúne 31 artigos que abordam de diferentes maneiras seja a organização do Estado com vistas à execução de políticas públicas, sejam aspectos de variadas políticas públicas específicas, sejam problemas relacionados à atuação de agentes jurídicos com vistas à imposição de políticas públicas.

Espelhando a variedade de temas, os autores dessa trintena de artigos têm as mais variadas formações acadêmicas e políticas, que vão desde a Sociologia até a Medicina, desde a Fisioterapia até a Gestão de Políticas Públicas, desde o Serviço Social até o Direito, sem deixar de lado as modalidades de interdisciplinaridade que consistem em ter uma formação inicial em uma área e realizar pesquisas pós-graduada em outras áreas. Igualmente, a titulação desses pesquisadores é variada, passando por estudantes de graduação e chegando a doutores e a pesquisadores com pesquisas pós-doutorais.

De qualquer maneira, acima dessa variedade temática, disciplinar e profissional – que, em todo caso, apenas realça a qualidade do presente livro –, está o fato de que os autores evidenciam todos o compromisso intelectual e também político com o aperfeiçoamento das instituições públicas que visam ao bem-estar social, em suas mais diversas manifestações. Ler os artigos seguintes é aprender a diversidade de possibilidades de realizar a “transformação social” – e, bem entendido, de realizar essa transformação para melhor.

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A AUTONOMIA FINANCEIRA CONDICIONADA DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA	
Bruna Lietz	
DOI 10.22533/at.ed.2801909071	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
ATORES, INSTITUIÇÕES E O DESENHO ORIGINAL DO REGIME DE BEM-ESTAR BRASILEIRO	
Oleg Abramov	
DOI 10.22533/at.ed.2801909072	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>31</b>
O DESAFIO DA LAICIDADE DIANTE DO FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO NUMA SOCIEDADE MULTICULTURAL E PLURALISTA: PERSPECTIVAS, INTERLOCUÇÕES E DIÁLOGOS	
Celso Gabatz	
DOI 10.22533/at.ed.2801909073	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>43</b>
MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E HERMENÊUTICA DIATÓPICA: DIREITOS HUMANOS NA SOCIEDADE GLOBAL EM REDE	
Guilherme Pittaluga Hoffmeister	
Karen Emilia Antoniazzi Wolf	
DOI 10.22533/at.ed.2801909074	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>55</b>
AS INOVAÇÕES TRAZIDAS ATRAVÉS DO ACORDO TRIPS EM RELAÇÃO ÀS PATENTES DE MEDICAMENTOS E O ÓBICE AO ACESSO A FÁRMACOS	
Daiana Cristina Cardoso Pinheiro Machado	
Tamara Lemos Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.2801909075	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>66</b>
GEIROSC - GRUPO DE ESTUDOS SOBRE IMIGRAÇÕES PARA A REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA : APOIO E ATENDIMENTO AO IMIGRANTE	
Sandra de Avila Farias Bordignon	
Deisemara Turatti Langoski	
DOI 10.22533/at.ed.2801909076	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>81</b>
A CENTRALIDADE DO TRABALHO E O JOVEM “NEM-NEM”	
Roseli Bregantin Barbosa	
Maria Tarcisa Silva Bega	
DOI 10.22533/at.ed.2801909077	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>91</b>
A ESCRAVIDÃO NO SÉCULO XXI E SEUS REFLEXOS SOBRE A SOCIEDADE E OS MEIOS DE PRODUÇÃO: BRASIL, EUA E CUBA	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Fábio Augusto de Cristo Batista	
DOI 10.22533/at.ed.2801909078	

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>113</b>
O NOVO CENÁRIO SINDICAL E AS GARANTIAS DE DIREITOS DOS TRABALHADORES	
Nathália Gonçalves Zapparoli	
DOI 10.22533/at.ed.2801909079	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>126</b>
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E OS IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (2016)	
Talismara Guilherme Molina	
Hélio Alexandre da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.28019090710	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>138</b>
POLÍTICA PÚBLICA NA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF): CONSIDERANDO A DISTRIBUIÇÃO DE RECURSO DO POSTO DE ATENDIMENTO DA CRESOL DE LAURO MÜLLER (SC)	
Edivaldo Lubavem Pereira	
Eduardo Gonzaga Bett	
Walquiria Guedert Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.28019090711	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>155</b>
AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL	
Cássius Dunck Dalosto	
João Augusto Dunck Dalosto	
Celso Lucas Fernandes Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.28019090712	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>167</b>
POLÍTICA HABITACIONAL E O PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA NA CIDADE DE TERESINA-PI E SUAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS	
Erick Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.28019090713	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>179</b>
O PROGRAMA ESCOLA E MUSEU COMO UMA POLÍTICA DE FORMAÇÃO CULTURAL NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (SME/RJ)	
Priscila Matos Resinentti	
Cristina Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.28019090714	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>190</b>
A DESIGUALDADE DE GÊNERO QUE REFLETE NO ENCARCERAMENTO FEMININO BRASILEIRO	
Josiane Pantoja Ferreira	
Maria Helena de Paula Frota	
DOI 10.22533/at.ed.28019090715	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>200</b>
ATUAÇÃO DAS MULHERES EM CARGO DE LIDERANÇA EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO	
Priscila Terezinha Aparecida Machado	
DOI 10.22533/at.ed.28019090716	

<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>220</b>
AZUL OU ROSA NÃO ME DEFINEM: UMA ANÁLISE DO ACESSO A EDUCAÇÃO SEGUNDO A IDENTIDADE DE GÊNERO	
Gabriel Andrades dos Santos João Felipe Lehmen	
<b>DOI 10.22533/at.ed.28019090717</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>232</b>
O DESRESPEITO À INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DOS ANIMAIS E SUAS POSSÍVEIS RELAÇÕES COM OUTRAS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO DE VIOLÊNCIA HUMANA: UM OLHAR SOB O FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA PROTETIVA DOS ANIMAIS	
Nilsen Aparecida Vieira Marcondes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.28019090718</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>263</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS PROTETIVAS DA INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DOS ANIMAIS NÃO HUMANOS: UMA REFLEXÃO NO ÂMBITO MUNICIPAL	
Nilsen Aparecida Vieira Marcondes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.28019090719</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>287</b>
TRANSFORMAÇÕES NOS HÁBITOS DE CONSUMO DA JUVENTUDE RURAL: ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU/RS	
Silvana de Matos Bandeira Éder Jardel da Silva Dutra	
<b>DOI 10.22533/at.ed.28019090729</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>300</b>
AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS USUÁRIOS DE ALCOOL E DROGAS DO MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA	
Cibele Araújo da Silva Ramona Marcelle dos Santos Lavouras Vanessa Cristina dos Santos Saraiva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.28019090721</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>311</b>
HUMANIZAÇÃO NOS PRESÍDIOS: ESTUDO SOBRE GESTÃO SOLIDÁRIA	
João Luiz Mendonça dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.28019090722</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>322</b>
DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO E PROCESSO ADMINISTRATIVO: UMA PREMISSE DO <i>FREEDOM OF INFORMATION ACT</i> (FOIA) NORTE-AMERICANO	
Andressa Sloniec Gerson De Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.28019090723</b>	



<b>CAPÍTULO 24 .....</b>	<b>335</b>
A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL E SUA COMPLEXIDADE: UM ESTUDO DA INCORPORAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NAS EMPRESAS E DA PERCEPÇÃO TÉCNICA JURÍDICO-AMBIENTAL NO BRASIL	
<a href="#">Marco Antônio Pontes Aires</a> <a href="#">Isabel Christine Silva De Gregori</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.28019090724</b>	
<b>CAPÍTULO 25 .....</b>	<b>349</b>
EFETIVAÇÃO DO CONHECIMENTO ACERCA DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS DO SUS	
<a href="#">Davi Alves Moura</a> <a href="#">Erivalda Maria Ferreira Lopes</a> <a href="#">Francisca Adelanina Paulino da Silva</a> <a href="#">Lisley Medeiros Garcia</a> <a href="#">Rosa Camila Gomes Paiva</a> <a href="#">Sandra Fernandes Pereira de Melo</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.28019090725</b>	
<b>CAPÍTULO 26 .....</b>	<b>353</b>
A EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE NOS CRIMES DE SONEGAÇÃO FISCAL: UMA ABORDAGEM GARANTISTA	
<a href="#">Alessandra Knoll</a> <a href="#">Luiz Henrique Urquhart Cademartori</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.28019090726</b>	
<b>CAPÍTULO 27 .....</b>	<b>365</b>
A METÁFORA DA CAÇA ÀS BRUXAS E SUAS REPRESENTAÇÕES: UMA ANÁLISE DA MEDIDA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA EXPOSIÇÃO DO DISCURSO JURÍDICO	
<a href="#">Bianca Larissa Soares de Jesus Roso</a> <a href="#">Priscila Cardoso Werner</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.28019090727</b>	
<b>CAPÍTULO 28 .....</b>	<b>380</b>
UMA VISÃO PARTICIPATIVA NA ABORDAGEM DAS DEMANDAS SOCIAIS NOS CURSOS JURÍDICOS COMO CONDIÇÃO ESSENCIAL DE CIDADANIA	
<a href="#">Rosane Beatris Mariano da Rocha Barcellos Terra</a> <a href="#">Maria Paula da Rosa Ferreira</a> <a href="#">Thomaz Delgado de David</a> <a href="#">João Antônio de Menezes Perobelli</a> <a href="#">Rafaela Bogado Melchioris</a> <a href="#">Gabriel Dewes Monteiro</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.28019090728</b>	
<b>CAPÍTULO 29 .....</b>	<b>392</b>
A AUDIÊNCIA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E A EXPERIÊNCIA “O MP VAI ÀS RUAS”, DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA, EM 2010	
<a href="#">Alex Sandro Teixeira da Cruz</a> <a href="#">André Garcia Alves Cunha</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.28019090729</b>	

<b>CAPÍTULO 30</b> .....	<b>403</b>
O MEDIADOR COMO MEIO MATERIALIZADOR DO EXERCÍCIO DE CIDADANIA E DE HUMANIZAÇÃO DO PROCESSO	
<a href="#">Carolina Portella Pellegrini</a>	
<a href="#">Carolina Mota de Freitas</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.28019090730</b>	
<b>CAPÍTULO 31</b> .....	<b>418</b>
NOVAS MÍDIAS, DEMOCRACIA E CIDADANIA: O EMBATE MODERNO DAS NOVAS FORMAS DE COMUNICAÇÃO NO AUXÍLIO DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA VS O POSSÍVEL DISTANCIAMENTO DA VIDA PÚBLICA	
<a href="#">Eduardo da Silva Fagundes</a>	
<a href="#">Luiz Henrique Silveira dos Santos</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.28019090731</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>432</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>433</b>

## ATORES, INSTITUIÇÕES E O DESENHO ORIGINAL DO REGIME DE BEM-ESTAR BRASILEIRO

**Oleg Abramov**

Doutor em Ciências Sociais – UFJF/PPGCSO

oleg.saude@gmail.com

**RESUMO:** O objetivo do trabalho é empreender uma análise contextual da agenda social de âmbito federal desenvolvida na Era Vargas (1930-1945). As condições criadas pela modernização econômica e estatal e pelo desenvolvimento de novos atores propiciaram a elaboração do primeiro aparato de proteção social articulado nacionalmente. O desenho original do Regime de Bem-Estar Brasileiro foi centrado na regulamentação do trabalho e na previdência, legando ao Brasil uma modalidade de proteção fortemente dependente da integração ao mercado de trabalho e, por isso, excludente em relação à população mais vulnerável.

**PALAVRAS-CHAVE:** Regime de Bem-Estar Brasileiro; Política Social; Era Vargas (1930-1945)

### ACTORS, INSTITUTIONS AND THE ORIGINAL DESIGN OF THE BRAZILIAN WELFARE REGIME

**ABSTRACT:** The objective of the work is to undertake a contextual analysis of the federal

social agenda developed in the Government Vargas (1930-1945). The conditions created by economic and state modernization and the development of new actors led to the elaboration of the first nationally articulated social protection apparatus. The original design of the Brazilian Welfare Regime focused on labor regulation and social security, leaving Brazil with a form of protection strongly dependent on labor market integration and, therefore, excluding the most vulnerable population.

**KEYWORDS:** Brazilian Welfare Regime; Social Policy; Government Vargas (1930-1945)

### 1 | INTRODUÇÃO

O Regime de Bem-Estar é constituído por um conjunto integrado de políticas sociais produzidas pelo Estado moderno com o objetivo de responder aos dilemas gerados, ressignificados ou intensificados pela operação da exploração capitalista. Sendo um fenômeno essencialmente nacional, o caso brasileiro é eixado por um longo processo de amadurecimento de políticas inicialmente esparsas e desarticuladas que em uma visão retrospectiva acabaram convergindo para a conformação do singular desenho de Seguridade Social consagrado no texto constitucional de 1988. Sendo assim, o objetivo

central deste trabalho é analisar contextualmente em seu marco original as ações adotadas, ou ausência de ação, nas áreas da previdência, saúde e assistência social.

Cada caso concreto de Regime de Bem-Estar é produto de uma dada trajetória histórica. Para compreender seus traços específicos é necessário averiguar o comportamento de determinados atores circunscritos por ambientes que os afetam. Dessa maneira, parte-se da análise da relação estabelecida ao longo do tempo entre pelo menos três atores: o Executivo do Estado, que quando tem somado a si a burocracia, se apresenta como “pessoal do Estado”, capitalistas e trabalhadores assalariados. Tais encontram-se imersos em dois ambientes institucionais, um político e outro econômico. No primeiro verifica-se o contexto político com suas regras e espaços decisórios. É neste que se avalia, dentre outros, o nível de capacidade do Executivo do Estado, ou seja, mensura-se o poder do governo decidir e implementar sua agenda. O ambiente institucional econômico é formado por duas esferas, uma interna e outra externa à firma, nas quais se verifica respectivamente os resultados das características do regime de acumulação e a resultante da interação da empresa com outras estruturas e agentes.

A intercessão de ambientes com características específicas determina o “peso” relativo de cada ator nas interações políticas, condiciona o leque de escolhas possíveis e exerce influência na ação pretendida que passa por determinadas formas de conflito e cooperação.

Além desses fatores, também são relevantes em contextos específicos: os atores eventuais, especialmente aqueles que surgem da estratificação oriunda de demandas ou políticas públicas realizadas, a dependência de trajetória das políticas já existentes e o ambiente internacional com suas agências e flutuações.

Com base nesse referencial, o trabalho aborda panorâmica e contextualmente os processos que resultaram no desenho original do Regime de Bem-Estar Brasileiro. Na conclusão descreve-se a resultante relacionada a forma como se dá a interação entre Estado e mercado na oferta das políticas públicas, seu financiamento e escopo (clientela contemplada). Também é avaliada sua capacidade de produzir maior ou menor grau de desmercadorização e de reforçar ou superar a modalidade de estratificação social dominante no mundo capitalista que conecta as chances de vida e o bem-estar à inserção no mercado (ESPING-ANDERSEN, 1990), bem como procura-se averiguar seus efeitos na geração de liberdade em relação à arranjos tradicionais de bem-estar (ESPING-ANDERSEN, 1999; FERRERA e RHODES, 2000; DRAIBE, 2008).

Ao longo do período imperial, o Estado foi sendo paulatinamente montado sobre uma estrutura que alijava a imensa maioria da população dos processos políticos. O próprio instituto da escravidão apartava milhares do reconhecimento de qualquer modalidade de subjetividade jurídica. É fato incontestável que o País se formava desprovido o povo de direitos básicos de cidadania. A luta por melhorias sociais se dava, muitas vezes, pelas irrupções de revoltas e, via de regra, era desfechada com o massacre dos rebelados. Permaneceu assim também após o fim da escravidão e da

Proclamação da República.

A abolição do trabalho escravo concluiu o processo de paulatina interrupção do mercado de mão de obra cativa, transferindo milhares da condição mercantilizada para a forma de trabalho assalariado, o que significava que este contingente passaria a dispor-se no mercado em condição mercadorizada, sem que para isso, tivesse sido organizado qualquer dispositivo que assegurasse processos inclusivos para a conversão. Praticamente toda população de ex-escravos foi submetido desde então, à posições sociais extremamente precárias (SOUZA, 2017).

Em contrapartida, a pobreza seguiu avaliada como sendo a resultante da incapacidade ou de falha individual; os sujeitos eram culpabilizados por seu fracasso como se tratasse de questão pessoal (FLEURY, 1994). Os arranjos de bem-estar encontravam-se restritos a duas modalidades: à provisão ofertada pela unidade familiar e à ação caritativa de entidades não estatais, principalmente religiosas. Neste período, salvo alguma ação pontual, eram praticamente imperceptíveis as iniciativas públicas de amparo e proteção. Além disso, o acesso a este tipo de serviço social era condicionado à submissão a alguma modalidade de dominação, fosse no ambiente doméstico, no qual os indivíduos se encontravam sob os rigores do controle patriarcal, seja no público, aonde a Igreja Católica exercia constrangimentos dogmáticos.

Kerstenetzky (2012) salienta que as primeiras iniciativas de proteção social foram dirigidas aos servidores públicos, civis e militares, ainda ao final do século XIX, aspecto que distingue a experiência brasileira. Em seguida, nas primeiras décadas do século XX, foram introduzidos os seguros coletivos. Ao longo deste incipiente percurso houve produção de uma legislação social que, mesmo não constituindo um conjunto combinado, vinha responder a alguns efeitos da industrialização nascente. Porém, tais políticas só puderam se amalgamar em uma totalidade articulada como Regime quando o processo de modernização estatal e econômica ganharam vulto sob o governo Vargas a partir de 1930.

Os autores, em geral, realçam dois momentos de importantes inovações no período que antecede a Constituição de 1988. Santos (1979) julga serem os arcos temporais o que se estende de 1930 a 1943 e o que vai de 1966 a 1971. Draibe (1992), por sua vez, concordando com a noção de dois momentos, destaca que o primeiro teria sido de 1930 a 1945 e o outro, igualmente, de 1966 a 1971. O terceiro momento, que abre uma nova e importante fase do Regime, seria o da Constituição de 1988, especialmente com as novidades instituídas nas áreas enredadas pela Seguridade Social. Kerstenetzsky sugere outra periodização composta por três “ondas longas de inovação institucional e difusão de direitos sociais” (2012, p. 181) que acompanha a clássica subdivisão da história política recente: de 1930 a 1964, anos do bem-estar corporativo, de 1964 a 1984, anos de universalismo básico e o pós-1988 qualificado como período de universalismo estendido.

Não obstante as modificações verificadas nas décadas de 60 e 80, assim como os ajustes incrementais brandos realizados nos interlúdios que separam os períodos

de inovações, o desenho firmado na primeira fase condiciona fortemente as alterações realizadas na história subsequente, mesmo naqueles de mudanças mais intensas. O Regime de Bem-Estar Brasileiro começa a ser efetivamente montado a partir da década de 30, assim sendo, é neste período que se depositam suas características essenciais.

O trabalho é composto por duas seções, a primeira se dedica a apresentar os elementos contextuais que circunscrevem a formatação do Regime em seu desenho original; enquanto a segunda, focaliza particularmente a previdência, saúde e assistência social, ou seja, as políticas públicas que conformariam, décadas mais tarde, a Seguridade Social.

## 2 | ATORES E INSTITUIÇÕES NA ERA VARGAS

O ambiente internacional torna-se favorável ao desenvolvimento nacional autônomo em decorrência dos efeitos da crise de 1929 e da Segunda Guerra Mundial. O primeiro foi fundamental para conter o poder das oligarquias, abrindo caminho para o golpe de 1930, o segundo permitiu ao País negociar com o Imperialismo, arrefecendo a pressão antiindustrialista que limitava o progresso do Brasil.

O golpe que levou Vargas ao poder resultou da ação de uma coalizão heterogênea e difusa que se formou em meio à crise econômica e institucional da virada da década de vinte e envolveu setores sociais e políticos diversos, dos reformistas radicalizados às velhas oligarquias tradicionais. Muito se discutiu sobre a envergadura histórica desse acontecimento, independente da interpretação fina que cada vertente, escola ou autor sustenta, percebe-se que o golpe de 30 se desenrolou sem expressiva participação popular, instaurou um novo e híbrido grupo no poder que, incapaz de assumir de imediato um projeto definido, optou por um arranjo que mesclava interesses diversos e que, objetivamente, incorporou o projeto de modernização político-administrativa e econômica, produzindo, como resultado, o reforço do Estado e da acumulação capitalista que se generalizou adiante.

No ambiente institucional econômico, a característica mais marcante foi o avanço da industrialização objetivando a substituição de importações, que ocorria com o patrocínio do Estado e sob o signo do “nacional-desenvolvimentismo”, uma síntese de estratégia, prática e ideologia que permeou o processo de modernização e que, de acordo com Motta (2000), surgiu fundado na concepção de que o Estado precisaria atuar tanto como planejador quanto como agente econômico que forneceria os pilares para seu sucesso. De acordo com Fiori (1985), tal estratégia pode ser compreendida através de cinco dimensões: 1) proteção à indústria nacional; 2) mobilização de fontes de financiamento para a indústria; 3) criação de infraestrutura básica para o desenvolvimento; 4) atuação como produtor em alguns casos, e; 5) controle do movimento operário.

Conseqüentemente, na esfera externa a firma, houve robustecimento da empresa

nacional. Resultante da ação intencional do governo que gerou largo impacto na composição das forças sociais dispostas até então.

Sob influência de Saes (*apud* BOITO JR, 1982) e Boito Jr (1982) destaca-se três grupos economicamente dominantes no Brasil daquela época: latifundiários e as frações de capitalistas comercial e industrial. Até 1930 é sabido que o setor economicamente mais poderoso e, derivado desse fato, politicamente dominante, eram os latifundiários. Associados a este desenvolveu-se mimeticamente uma forte burguesia compradora e vendedora que se beneficiava da dependência do fluxo de mercadorias não produzidas no Brasil. Até então, os empresários da indústria operavam à margem, beneficiados sobretudo pelas janelas de oportunidade decorrentes de crises e guerras que impactaram o ambiente internacional. Quando Vargas assume intencionalmente a prioridade pela industrialização, enseja modificar as forças econômicas e a relevância política de cada classe e fração. Mas até que os capitalistas do setor industrial se firmassem, o Estado atuou como principal ator que planeja, decide e realiza. Os investimentos em infraestrutura, o crédito e a opção pela configuração de mercado fechado (DELGADO, 2001), foram as ações mais relevantes para selar o apoio do empresário nacional ao governo e a seu projeto.

Conseqüentemente, nas interações que se processam na esfera externa à firma, o governo operou como ator mais relevante na coordenação das ações, decidindo pela predominância das práticas protecionistas que otimizaram o desenvolvimento da firma nacional com relevante grau de autonomia em relação ao capital estrangeiro. Os investimentos externos jamais foram rejeitados, mas o governo se esmerou por exercer, na medida do possível, controle sobre os setores beneficiados definindo as áreas “abertas” ao investimento, aquelas sob controle estatal e as reservadas ao capitalista brasileiro. A resultante política do curso de ação efetivado foi o fortalecimento do ator capitalista industrial nacional, que paulatinamente se sobrepôs à fração politicamente concorrente de capitalistas comerciais e aos latifundiários.

Assim como os capitalistas, os trabalhadores se encontravam divididos em frações. Algumas destas derivadas de funções públicas, como ferroviários, outros da forma comercial dominante até então, como as categorias de portuários e bancários. No contexto sob análise, tais segmentos não podem ser em hipótese alguma negligenciados, posto que seu nível de organização e atuação na cena política são incontestavelmente marcantes, chegando a terem mais relevância que os próprios trabalhadores da indústria.

O tipo de empresa que se desenvolveu do patrocínio estatal logrou também impulsionar a expansão da classe operária que se tornou um grupo relativamente numeroso, embora concentrada em alguns centros, como São Paulo e Rio de Janeiro. A tipologia mecanicista de matriz fordista que predominou no ambiente interno à firma generalizava-se pelo mundo na mesma época em que os negócios nacionais se expandiam, superando no plano nacional modalidades arcaicas de produção. Este fato também favorecia a uniformização da fração operária da classe trabalhadora e

reforçava suas demandas regulatórias.

Rodrigues (2009) destaca que em decorrência da aceleração da urbanização, o recrutamento para a indústria ocorre rápida e crescentemente em segmentos do comércio e, sobretudo, na lavoura. Na Primeira República, a migração interna do campo para a cidade era rivalizada pela emigração europeia, fazendo com que a composição da fração operária pré-30 fosse substancialmente diversa daquela pós-30, em prejuízo para a formação de uma percepção consciente das tarefas políticas necessárias para realizar seus interesses materiais objetivos. Quer dizer que, no curto prazo, a dimensão cognitiva do operário é afetada pela consciência arraigada de aspectos oriundos de sua condição original. Em decorrência, a propensão em compartilhar da visão de mundo tipicamente operária é afetada. Havia dificuldade de compreender a própria condição social, ou pior, muitos a rejeitavam, percebendo-a como rebaixamento, não ascensão. Neste contexto, apresenta baixa propensão em participar das associações de classe e atuar politicamente como tal.

Os processos levados a cabo por Vargas ao longo dos quase 15 anos em que se manteve à testa do Executivo, devem muito ao corporativismo que constituiu uma modalidade de representação de interesses institucionalizadora de formas de barganha não competitivas nem abertamente conflituosas. As demandas eram articuladas por organizações predefinidas legalmente, sendo sua efetivação condicionada pela arbitragem estatal (DINIZ E BOSCHI, 1991; NUNES, 2003). Formalizado em leis, materializado por determinados órgãos e nas interações processadas em certas arenas, o corporativismo foi moldado com a finalidade de reforçar o governo e seu projeto modernizante cooptando as classes sociais. Segundo Costa (1991), a variante brasileira se desviou do modelo clássico eixado em mecanismos de coordenação de conflitos que institucionalizam o diálogo entre as classes, por seu turno, tal como se conformou no Brasil, produziu um paradoxal apartamento entre as classes, cuja interlocução foi subsumida às preferências estatais.

A partir de 1937 se somou ao corporativismo os dispositivos autoritários do Estado Novo. No ambiente político, as práticas de matriz democrática e verdadeiramente competitivas jamais se firmaram naquele momento histórico, mesmo no breve período constitucional de 1934 a 1937. A organização política das classes emergentes era enredada pela legislação sindical e sua ação condicionada a atuação nas arenas de barganha previamente definidas. A participação permaneceu delimitada por tais institutos que circunscreviam os canais de acesso ao processo decisório. Após o golpe do Estado Novo, os mecanismos ordenadores da relação entre Estado e sociedade passaram a brotar do binômio corporativismo-autoritarismo, foi neste contexto que Vargas conseguiu transferir para o governo federal praticamente todos os recursos de domínio político, até então lastreados em grande parte no clientelismo, que não por isso deixou de manter-se como poderosa arma de controle. Aliás, segundo Nunes (2003), com Vargas o clientelismo se nacionalizou e tomou contornos mais sofisticados que o padrão paroquialesco dominante na Primeira República.



Mais do que em qualquer outro período, a partir de então, o Estado se capilarizava por todo o território nacional, removendo obstáculos interpostos pelos poderes locais e instituindo políticas públicas nacionais abrangentes. Também introduzia elementos de universalismo de procedimento nos serviços estatais com alterações no regramento da atividade pública e através da realização de concursos para ocupação de funções estatais. Destaque para o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) que se tornou instrumento de modernização do Estado e produziu a elite técnica que comporia dali por diante parte relevante de sua burocracia (NUNES, 2003)

Esta celebrava a autoimagem de grupo que alcançara seu *status* pelo mérito do concurso público e propagava a defesa de reformas procedimentais de cunho universalistas. Referenciava suas preferências naquilo que designava como sendo racional e técnico como se seu interesse fosse restrito ao êxito das políticas públicas com as quais se envolvia. Portanto, apresentava-se, ainda que não fosse na realidade, descomprometida com motivações particulares, buscando identificar-se com a impessoalidade. Essa postura geraria inexoravelmente o choque com a área política, eivada por múltiplos interesses e associada à instrumentalização dos bens públicos para a realização de objetivos particulares.

Segundo Diniz e Boschi (1991) e outros autores, o corporativismo gerou nos atores capitalista e trabalhador efeitos contraditórios. Ao mesmo tempo em que produzia controle social e ordenava as demandas de classes, selecionando aquelas passíveis de serem atendidas, em contrapartida, sancionou as duas classes como atores políticos reconhecidos e contribuiu fortemente para definir sua identidade coletiva. Outra contradição deriva do fato de que simultaneamente à instituição de canais de participação que propiciavam a incorporação dos atores emergentes aos espaços políticos, também criou um padrão de intervenção desigual, em favor dos capitalistas em detrimento aos trabalhadores.

Alguns autores afirmam que os capitalistas foram subserviente ao Estado, o que é redarguido por Diniz e Boschi (1978) para os quais o ator teria se adaptado ao corporativismo sem que para isso tivesse se anulado politicamente ou perdesse capacidade de suscitar modificações no curso das ações do governo. Na verdade, inicialmente os capitalistas, especialmente o potente segmento paulista, resistiram ao corporativismo, aliás, se opunham ao próprio Vargas e solidarizava-se às elites tradicionais. Porém, em seguida, depois de 1932, passaram da rejeição ao apoio e dirigiram-se à requalificar o próprio corporativismo. A motivação resultava da percepção quanto a sua centralidade no processo modernizador e sua inerente vocação de controlar os trabalhadores (DELGADO, 1997). Entretanto, ainda assim, não aceitou encerrar suas organizações civis previamente constituídas. Resulta disso que os capitalistas mantiveram uma representação de interesses dual (DINIZ, 1981), ao mesmo tempo em que tomaram parte da estrutura corporativista através de sindicatos legalizados, suas associações preteritamente firmadas jamais deixaram de existir. Segundo Delgado (1997; 2001), as entidades autônomas funcionavam

como “reserva ideológica”, balizadas pelo discurso liberal e sempre disponíveis para serem mobilizadas contra o governo quando este assumia posição em relação a qual estivessem em desacordo.

Mesmo dispondo de dois tipos de organização, sua capacidade de unificar a classe permaneceu um debate a parte. Na verdade, o tema da unidade da classe capitalista no Brasil e a formação de sua pauta de interesses comuns é tema controverso, predominando as versões que acusam sua incapacidade de ação concertada e uma preferência arraigada pelo acesso desigual e segmentado aos tomadores de decisão. Não sendo objetivo aprofundar neste aspecto, segue-se aos efeitos do corporativismo na organização da classe trabalhadora.

Diversamente ao caso descrito acima, os sindicatos independentes de trabalhadores foram fortemente reprimidos pelo governo e sufocados fatalmente pela estrutura corporativista. Segundo Vianna (1999) e Boito Jr. (1991), o arranjo foi deletério para estes e teria erodido sua capacidade de impor-se na cena política. Ao substituir as organizações independentes que vinham se robustecendo ao longo da Primeira República pela instituição arbitrária dos sindicatos tutelados, o governo teria introduzido a subserviência e acelerado o processo de burocratização. Vianna (1999) realça o caráter desmobilizador no seu processo de implantação, evidenciado no rebaixamento do nível das sindicalizações. O imposto sindical e a assunção de serviços sociais, teriam sido, segundo o autor, iniciativas estratégicas para legitimá-los. Porém, essa visão é contrariada por aqueles que acreditam que a estruturação de entidades oficiais atuaram positivamente na formação da consciência de pertencimento de classe, criaram condições para unificá-la, além de propiciar algo que até então não era facultado aos trabalhadores que é a sua participação política como ator. A segunda versão é reforçada quando considerado o problema do próprio reconhecimento das novas levas de trabalhadores rurais reacomodados tal como destacado anteriormente.

Assim como ocorreu com os capitalistas, Vianna (1999) realça que os trabalhadores resistiram à implantação dos sindicatos oficiais em favor da manutenção de suas organizações independentes. Araújo (2002), no entanto, contesta a abrangência loco-temporal de tal resistência. Segundo ela, houve de fato oposição em centros como São Paulo no início do governo provisório de Vargas, as greves dos primeiros anos da década de 1930 davam centralidade à resistência em relação à política do Ministério do Trabalho. Porém, a nova perspectiva que se abria com a disposição do governo negociar, algo que não ocorria no período anterior, quando os sindicatos eram tratados como “coisa de polícia”, atenuou a percepção da perda de autonomia como problema. Para muitos, era preferível ter o reconhecimento e a possibilidade de alguma barganha do que uma luta prolongada e incerta para que suas entidades fossem consideradas. Este fato associado às leis de regulamentação do trabalho que foram sendo promulgadas nacionalmente reforçaram a escolha de aderir ao novo modelo proposto.

Araújo (2002) destaca ainda que o apoio das correntes “amarelas” e a posterior

adesão de comunistas e trotskistas como oposição de esquerda lhes conferiram a legitimidade necessária para se enraizarem. Quando a influência desses agrupamentos aumentou e os sindicatos oficiais passaram a ameaçar a estabilidade corporativista, o governo pôde expurgá-los preservando as entidades.

Fora do esquema oficial, as organizações políticas independentes dos trabalhadores que sobreviveram, em geral, à margem da legalidade, apresentavam-se incapazes de ajudar a constituir uma identidade própria e unificada, assim como fracassou na articulação de alianças com outros atores populares. A orientação que restringia a atividade política da Aliança Nacional Libertadora à perspectiva da tomada revolucionária do poder, impediu que esta pudesse agrupar os trabalhadores em torno de pautas de reivindicação que permitissem uma presença efetiva nos debates que se processavam sobre o formato das políticas sociais. A orientação *putchista* não apenas favoreceu a estratégia do Executivo de exercer o controle político como também abriu a fenda para a emergência do discurso trabalhista que viria a desenvolver-se nas décadas subsequentes.

Com o corporativismo e, mais ainda, com o Estado Novo, o pessoal do Estado, composto pelo Executivo e a nascente burocracia profissionalizada, confirmou sua ascendência sobre as classes, assumindo a posição de árbitro de conflitos e a responsabilidade de produzir o ajustamento de interesses contraditórios. Ordenava o intercâmbio de objetivos perseguidos por cada ator delimitando o seu escopo de ação. Porém, o acesso à cadeia decisória também era assimétrica em favor dos capitalistas que interferiam mais que os trabalhadores na definição das ações governamentais.

Neste período, os Conselhos Técnicos se tornaram mecanismos centrais de intermediação de interesses, compostos pela representação do Estado e de capitalistas, se converteram em arena de formulação da política econômica, local no qual a classe influenciava diretamente na formulação das políticas (DINIZ, 1978; DELGADO, 1997) e atuava vetando iniciativas que ameaçassem seus interesses. Na rotina de debates que eivavam a montagem do processo modernizador, era natural que as pautas sociais também fossem abordadas e, ainda que não estivessem em perfeita sintonia com os interesses empresariais, lhes fornecia a oportunidade de veto daquelas que fossem insuportáveis.

Paralelamente, o nacional-desenvolvimentismo, como ideologia, difundia a noção de que os problemas sociais encontrariam solução com a modernização econômica, eixada na expansão industrial (LOBO, 2005). Sendo assim, no plano das ideias, a associação entre indústria e melhoria social produzia um nexos entre interesses de capitalistas e trabalhadores, além de acomodar os objetivos de ambos atores às pretensões do Executivo. Os trabalhadores, como parte interessada na expansão de direitos sociais, através de suas organizações oficiais renderam apoio sem necessariamente participar da concepção do formato das políticas.

### 3 | O RESULTANTE REGIME DE BEM-ESTAR BRASILEIRO ORIGINAL

Verifica-se, portanto, que o Regime de Bem-Estar Brasileiro foi originalmente montado tendo como enredo um ambiente econômico marcado pela industrialização “bancada” pelo Estado sob a égide estratégico-ideológica do nacional-desenvolvimentismo e um ambiente institucional político caracterizado pelo binômio corporativismo-autoritarismo. O contexto reforçou economicamente a fração industrial da classe capitalista e a fração operária da trabalhadora que passaram à condição de atores políticos relevantes, ainda que neste momento atuassem enlaçados pelo corporativismo. Enlaçamento que sufocava mais a liberdade dos trabalhadores que a dos capitalistas. O ator mais relevante no processo de amoldamento da política social é o pessoal do Estado, o governo gozando de elevado nível de capacidade e a burocracia em expansão que dispunha de recursos institucionais e autoridade técnica.

Segundo Kerstenetzky (2012) a agenda social focou em duas questões: a legislação do trabalho e a política previdenciária, que provinha a prestação de serviços na área da saúde. No mais, percebe-se apenas uma ou outra regulações normativas, nos campos da educação e da saúde, por exemplo. Assim sendo, sem contradizer os traços gerais da legislação precedente, um Regime de Bem-Estar parcial e fortemente associado ao urbano foi sendo montado ao longo da década e meia fazendo emergir um sistema de estratificação ocupacional, definida por normas legais que Santos (1979) denomina de “cidadania regulada”.

Sob o corporativismo, o pessoal do Estado encabeçou a coalizão aliado ao capitalista industrial, os trabalhadores agiram reativamente no período inicial, mas posteriormente acomodaram-se. A nova elite tecnocrática formada pelo DASP comandou o processo de elaboração e implementação da agenda social em acordo com as metas de desenvolvimento industrial e se antecipando na incorporação de pautas populares. Segundo Melo (1990; 1992), este é um aspecto relevante da origem Regime de Bem-Estar no Brasil: antes que a democracia viesse a ser implantada, as políticas sociais foram montadas “de cima” pelo pessoal do Estado e atendendo aos requisitos contencionistas do Poder Executivo.

O nexos entre a modernização estatal e a burocracia é orgânico, a segunda é produto da primeira que são retroalimentados um pelo outro. Sem o Estado forte e centralizado, a burocracia não pode realizar-se como grupo poderoso, sem a burocracia, o Estado não materializa coisa alguma. Daí, no leque de opções, aquela escolha que parece estar em acordo com seus interesses e do projeto de coesão social modernizante é a política social regulatória. Do ponto de vista do chefe do Executivo, as políticas sociais com este perfil são percebidas como forma de responder aos anseios imediatos dos trabalhadores, estratégia de obter o controle político e manter a adesão necessária a seu projeto modernizador que passava por confrontar poderosos interesses nacionais e internacionais.

Para ambos, Executivo e burocracia, a política previdenciária, por sua vez, além

de complementar o tipo de proteção social focado no trabalho, e reforçar atributos socialmente apaziguadores, também ofertava formidável fonte de financiamento das políticas estatais.

Referente a esta agenda social, duas escolhas ganhavam vulto no leque de opções capitalistas, de um lado estava a propensão a resistir ao aumento de gastos com políticas sociais, tendo em vista seu impacto na carga tributária e na redução da disponibilidade financeira para investimentos, de outro, a consentimento mediante garantias e ganhos colaterais. A configuração de mercado fechado foi talvez a decisão estatal que exerceu o maior impacto na cognição do ator capitalista nacional (DELGADO, 2001), posto que produziu através do ambiente econômico a sensação de estabilidade necessária para que firmasse a noção de que seus gastos convertidos em custeio das políticas públicas poderiam ser repassados aos consumidores, atenuando a oposição em contribuir. Além disso, a previdência era potencial fonte de financiamento direta ou indiretamente para seus negócios. Daí, em função do protecionismo e da presumida poupança interna, a decisão foi não se opor às políticas sociais. Outro fator que contribui para forjar a opinião favorável é seu compromisso com o princípio da meritocracia, segundo o qual os benefícios seriam diferenciados, variando segundo esforço e merecimento (DELGADO, 2001).

O que demonstra a aceitação dos capitalistas e seus interesses reais com isso é sua concordância com a montagem dos Institutos. Por exemplo, a FIESP apoiou a criação do IAPI ainda na década de 1930. Não obstante o consentimento, desde então apresentaram duas reivindicações: a participação na gestão e a influência na decisão de onde empregar os recursos arrecadados.

Mesmo as leis trabalhistas e sua unificação não tiveram oposição sistemática desse ator, uma vez que haviam sido elaboradas nos mesmos marcos do mercado fechado contando com o Estado como parceiro na acumulação; além do que, a legislação deixava margem para o contorno de certas imposições precariamente regulamentadas. Este é o caso da “estabilidade no emprego”, o qual os patrões poderiam burlar com a flexível alegação de “justa causa” (LOBO, 2005). Ainda assim, mesmo em concordância com a agenda em geral, exerceram poder de veto sobre algumas sugestões do pessoal do Estado, por exemplo, de taxação de mercadorias para engordar o fundo social.

Já os trabalhadores por apresentarem-se em grande medida limitados pelo corporativismo não possuíam a mesma margem dos capitalistas para expressarem preferências e realizarem escolha autêntica. Mesmo assim, é perceptível o apoio à maioria das medidas regulatórias efetivadas. Apenas no curso de seu desenvolvimento, que algumas propostas sofreram certa resistência de frações empoderadas. Este é o caso da uniformização dos seguros em vias de se efetivar pela unificação das políticas setorializadas por categoria, como se verá adiante.

No Regime de Bem-Estar Brasileiro original, o reconhecimento do direito à cidadania não se ligava à noção de pertencimento à sociedade nacional, mas a um

marco que o restringe apenas àqueles que se apresentassem como ocupantes de uma determinada posição nas relações de trabalho, previamente reconhecida pela lei (SANTOS, 1979). Desta forma, a profissão tornava-se critério para que o indivíduo tivesse acesso às políticas sociais. Conseqüentemente ficavam excluídos aqueles que se encontravam empregados em funções não reconhecidas, assim como os que estavam fora do mercado formal, além dos trabalhadores rurais. O padrão das políticas que conformaram o Regime era seletivo e heterogêneo no aspecto dos benefícios e fragmentado em sua institucionalidade e na forma de financiamento (DRAIBE, 1992) como pode ser percebido em seu desenho sumariamente descrito a seguir.

Em 1934 a Constituição definiu as condições das relações de trabalho e as atribuições regulatórias e fiscalizatórias do Estado. No mesmo ano foi regulamentada a jornada de 8 horas e fixados os horários diferenciados para mulheres e menores. Também definida legislação sobre condições de trabalho e férias. A estabilidade no emprego foi instituída em 1935, seguida pela lei do salário mínimo que foi regulamentada em 1938. Já em 1943 foi decretada a Consolidação das Leis Trabalhistas, marco que proporcionou coesão legal bem como meios de aplicação, recursos e penalidades.

A partir de 1933, as Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAP) foram substituídas pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP) o que acarretou a superação do desenho de amparo aos trabalhadores por empresa, pela proteção por categoria profissional. O Instituto dos marítimos foi a primeira experiência (IAPM), seguida um ano depois pela criação dos de comerciários (IAPC) e bancários (IAPB) e em 1938 foram fundados o dos industriários (IAPI), dos trabalhadores de transporte de cargas (IAPETEC) e de servidores do Estado (IPASE). As receitas tinham fonte tripartite, empregados, empregadores e Estado, a cobertura se limitava a cada categoria profissional e a gestão era realizada por conselho presidido por indicado do governo.

O caráter deste emergente sistema previdenciário se apresentava, essencialmente, meritocrático, posto que além de envolver a partição de recursos, os benefícios eram alocados de acordo com o valor individualmente contribuído (DRAIBE, 1992). A evolução das Caixas para os Institutos ensejava um processo de centralização e uniformização que viria se reforçar como preferência do pessoal do Estado e tendência dali por diante. Não obstante ser um processo em vias de propiciar a universalização das aposentadorias e pensões, encontrava resistência entre os trabalhadores mais organizados que vislumbravam o risco de erosão dos benefícios.

Segundo Maloy (1976) a defesa da unificação administrativa dos institutos, com controle centralizado dos fundos, extensão da cobertura e uniformização de benefícios foi apresentada originalmente ainda no final do Estado Novo por uma comissão de técnicos do Ministério do Trabalho motivada pela exitosa proposta britânica de Beveridge. Sua sugestão era criar um novo e gigantesco instituto denominado Instituto de Serviço Social Brasileiro (ISSB). Não obstante o apoio conseguido dos capitalistas, foi vetado pelo ator trabalhador capitaneado pelo seu segmento mais organizado, que temia a perda da qualidade dos serviços que já haviam obtido em decorrência de

sua uniformização. Entre os burocratas, os segmentos envolvidos com os institutos mais ricos, por razões óbvias, se uniram aos trabalhadores no desacordo com a proposta. Também uma parte da cúpula do Ministério do Trabalho se aproximou do bloco resistente por temer a rivalidade com um suposto outro segmento da burocracia fortalecido.

Não obstante as clivagens no interior do pessoal do Estado havia uma lógica imperante no governo Vargas em seus anos finais favorável à uniformização. Foi esta mesma lógica que predominou na área da regulação das relações de trabalho e que resultou na CLT. Tanto era assim que o próprio presidente chegou a decretar a unificação pouco antes do Estado Novo ruir. Porém, o avanço alcançado na legislação trabalhista não se deu na área previdenciária, tendo sido determinante a coalizão de veto. Mas o debate da unificação não esmoreceu, ao contrário, seguiu e tomou centralidade no período posterior a 1945.

Interessante constatar que não foram os capitalistas, mas os trabalhadores que, por muito tempo, refrearam o processo de alargamento dos direitos sociais. Essas frações já haviam sido contempladas no enredo do arranjo corporativista e temiam perder com a unificação dos Institutos. Esta oposição acabou conspirando em favor do adiamento da universalização da seguridade que poderia, através de sucessivos desdobramentos, alcançar a população desassistida.

Em 1930, Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde Pública, depois substituído pelo Ministério da Educação e Saúde, responsável por coordenar as ações nas duas áreas. Registra-se maiores avanços na educação que na saúde que permaneceu focada em campanhas sanitárias e limitada à intervenções pontuais. Havia um apartamento entre ações de vigilância, de enfrentamento a endemias e doenças transmissíveis em relação aos serviços assistenciais, cabendo ao Ministério cuidar apenas das primeiras e relegando aos institutos a responsabilidade pelos segundos. Portanto, cada categoria profissional tinha acesso a uma carteira diferenciada de serviços de saúde e, em geral, a qualidade destes variava sempre favoravelmente às categorias que dispunham de institutos mais ricos. Cada qual contratava prestadores e seguradoras privadas que foram se fortalecendo em estreita dependência do financiamento de fonte previdenciária. Às demais categorias e setores sociais desassistidos, a cobertura permanecia como era desde o Império, ou seja, ficava a cargo das entidades filantrópicas, notoriamente, das Santas Casas. O cuidado era estritamente médico-hospitalar, não havendo articulação, continuidade ou mesmo racionalidade na atenção à saúde.

Fora dos limites da cidadania regulada, o trabalho não reconhecido pelo Estado, as atividades precarizadas e os desempregados, conformaram uma multidão de pessoas que permaneceu à margem do Regime de Bem-Estar, como uma massa desassistida, excluída do aparato de proteção social. Era considerável o número daqueles que foram relegados à condição de miseráveis e que permaneceram às costas do foco de atenção estatal, fato agravante dos dilemas sociais herdados desde

a escravidão.

A justificativa narrada pelo governo e prontamente apoiada pelos capitalistas era de que o crescimento econômico ampliaria o raio de pessoas assistidas pelos mecanismos da cidadania regulada. Na proporção em que a indústria se expandisse, proporcionaria a geração de novos postos de trabalho que os absorveria. Reitera-se o argumento tradicional de que alguns sempre permaneceriam de fora da riqueza socialmente produzida, na forma de “incapazes” e “preguiçosos”. Estes excluídos constituíam segmento que não deveria ser objeto de ação estatal, mas da compaixão e solidariedade privadas. A noção de meritocracia incide na formulação de uma ideia de que apenas os esforçados e capazes poderiam compartilhar do produto do trabalho coletivo, o que reforçava a noção de que a política social era e deveria permanecer sendo amplamente condicionada à mercadorização dos indivíduos. Apenas como trabalhador assalariado o sujeito poderia e deveria ter acesso ao amparo público.

Apenas algumas medidas pontuais e esparsas foram adotadas no período para lidar com dilemas emergenciais como a fome, pobreza extrema e subnutrição infantil. Em 1938, Vargas instituiu o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), vinculado ao Ministério de Educação e Saúde, com o propósito de reunir elementos para a decisão de concessão de isenções ou subvenções às entidades filantrópicas prestadoras de serviços de assistência social. Em 1942, criou a Legião Brasileira de Assistência (LBA), subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores como entidade mista, parte governamental, parte privada que coordenava ações de organizações assistenciais de boa vontade contando com o apoio dos capitalistas. Originalmente focou seus esforços nas famílias dos soldados que foram à Segunda Guerra Mundial, depois alargou seu raio de atuação para quaisquer famílias consideradas desprovidas.

## CONCLUSÃO

Na década de trinta e primeira metade dos anos quarenta, o ambiente institucional econômico era caracterizado, na esfera externa à firma, pela coalização favorável ao desenvolvimento industrial, composta pelo governo e fração capitalista nacional. Na esfera interna, percebe-se a asseveração da tipologia fordista com expansão acelerada e incorporação de mão de obra, especialmente dos setores agrário e comercial. O peso relativo das classes capitalista e trabalhadora aumenta, reforçando suas frações nacional e operária.

O ambiente institucional político era caracterizado pela centralização, modernização e avigoramento do Estado. O corporativismo associado ao autoritarismo (a partir de 1937) enlaçava as classes sociais refreando sua ação autônoma. Porém, o controle foi assimétrico, mais contencionista em relação ao trabalhador que em relação ao capitalista que manteve parte de seu aparato organizativo pregresso. Sendo assim, em contraste com o capitalista, o peso relativo do trabalhador não se confirma na



ação autorreferenciada, ficando subsumida às arenas conciliatórias e regidas pelo pessoal do Estado. Neste contexto, o poder do governo apoiado na burocracia, em processo de afirmação, e em aliança com o capital nacional garante elevado nível de capacidade e conduz o processo de escolha do perfil das políticas sociais que conformaram o Regime de Bem-Estar Brasileiro original.

Considerando os leques de opções, a escolha do pessoal do Estado foi conduzir a efetivação da agenda de políticas sociais afinada aos seus propósitos centrais de modernização político-administrativo e econômico, enquanto os capitalistas aceitaram não resistir em vista de antes ter garantida a proteção de seus interesses e ao vislumbrar oportunidades relativas à poupança interna, enquanto os trabalhadores, em geral, apoiaram as medidas propostas pelo Estado, mas apresentaram resistência ao processo de uniformização previdenciária em decorrência do temor de ver reduzidos benefícios já conquistados.

Não se percebe neste processo atores eventuais que tenham atuado com relevância ao lado dos protagonistas. A dependência de trajetória das políticas já existentes se limita, no caso das modalidades regulatória e previdenciária, à unificação e aperfeiçoamento daquelas já efetivadas anteriormente de maneira fragmentada. A saúde foi parcialmente absorvida pelos institutos e quase nada foi feito na área da assistência social. O ambiente internacional torna-se favorável ao desenvolvimento fabril, sobretudo em função dos efeitos da crise de 1929 e da Guerra Mundial que garantiram ao País “correr por fora” da pressão antiindustrialista das potências imperialistas.

O desenho original do Regime de Bem-Estar Brasileiro evidenciava propósitos contencionistas, era centrado no trabalho e focado nas dimensões regulatória e previdenciária. A saúde foi concebida em sua dimensão assistencial como política subordinada ao sistema previdenciário, sendo ofertada apenas às categorias reconhecidas, mesmo assim, de maneira fragmentada e com carteiras de serviços diversificadas, cuja qualidade e quantidade disponíveis variava por categoria profissional. A assistência, por sua vez, foi praticamente excluída da agenda estatal, permanecendo como no período anterior, ou seja, relegada às ações caritativas e filantrópicas. Exatamente o mesmo que ocorria com a assistência à saúde da população não amparada pelos institutos.

Sobre a articulação Estado e mercado na provisão de bem-estar, os institutos gozavam de autonomia e contratavam bens e serviços, em sua maior parte, livremente. O escopo de acesso à política pública limitava-se àqueles previamente incorporados ao mercado formal de trabalho. Disso resultou um padrão de “reconhecimento” social que conformava uma modalidade específica de estratificação baseada na cidadania regulada. O financiamento era compartilhado por trabalhadores e capitalistas com participação estatal, ou seja, basicamente tripartite.

Não ensejava atenuação na estratificação realizada pela operação do mercado capitalista, pelo contrário, a acentua e reforça. Ter um emprego formal, portanto, estar

inserido, é condição prévia para acessar a política pública oficial. A saúde encontrava-se bifurcada: os incluídos se submetem aos limites instituídos pela carteira de serviços disponíveis à dada categoria; enquanto a população excluída permanecia dependente da atuação voluntariosa e, em geral, era condicionada à pobreza. Mesmo critério para adquirir amparo em situação social alarmante.

A regulação das relações de trabalho, por sua vez, atenuaram a mercadorização, visto que limitou a negociação dos contratos de trabalho à condições minimamente aceitáveis. A previdência logrou realizar um padrão intermediário de desmercadorização, visto que os contemplados precisavam antes de obter o benefício, ou legá-lo a seus familiares, ocupar um posto e realizar contribuição prévia. Apenas em função do período laborativo, era possível gozar dos benefícios nas condições daquele. Sendo assim, a segurança era voltada para os que se encontravam excluídos temporária ou permanentemente do mercado formal de trabalho e apenas depois de ter estado incluído por determinado lapso de tempo. A desmercadorização na assistência à saúde limitava-se àquela ensejada pelo sistema previdenciário.

A proteção social manteve-se centrada na figura do pai provedor, os demais membros tornaram-se ainda mais dependentes da unidade familiar. Os arranjos tradicionais de seguridade, anteriores ao domínio da intervenção pública sobre a responsabilidade privada, foram reforçados. Em outras palavras, o *locus* da política pública é a unidade familiar mononuclear e tradicional, centrada na figura patriarcal, enquanto os que ficavam fora do esquema oficial, mantinham dependência da ação filantrópica e caritativa. Especialmente na saúde e assistência, tais aspectos reforçavam as relações de dependência previamente constituídas, inerentes ao tipo arcaico de provisão.

Este desenho condicionou a trajetória das políticas sociais instituídas posteriormente. Fosse para confirmar ou para negar, as características do Regime de Bem-Estar Brasileiro original foram o objeto central da disputa dos atores e o ponto de partida para suas escolhas ulteriores.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Angela M. C. Estado e Trabalhadores. In: ARAÚJO, Angela (org). **Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra**. São Paulo, Ed. Boitempo, 2002.

BOITO JR, Armando. **O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BOITO JR. Armando. **O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical**. Campinas: Ed. Unicamp, 1991.

COSTA, Vanda M. R. Origens do Corporativismo Brasileiro. In: BOSCHI, Renato (org). **Corporativismo e desigualdade**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed./IUPERJ, 1991.

DELGADO, Ignácio G. **A Estratégia de um revés: Estado e Associações Empresariais em Minas**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997.

DELGADO, Ignácio. **Previdência social e mercado no Brasil**. São Paulo: LTR, 2001.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. **Empresariado nacional e Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1978.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. O corporativismo na construção do espaço público. In: BOSCHI, Renato (org). **Corporativismo e desigualdade**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed./IUPERJ, 1991.

DRAIBE, Sônia. O *welfare state* no Brasil: características e perspectivas. **Ciênc. Soc. Hoje**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 13-61, 1992.

DRAIBE, S. O Estado de Bem-Estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (Orgs.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.

ESPING-ANDERSEN, G. **The three worlds of welfare capitalism**. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **Social Foundations of Post-Industrial Economies**. Oxford: Oxford University, 1999.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

FERREIRA, Murizio e RHODES, Martin. **Recasting European Welfare States**. London: Frank Cass, 2000.

FIORI, José Luis. **A crise do estado desenvolvimentista – uma hipótese preliminar**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1985.

FLEURY, Sônia. **Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

KERTENETZKY, Célia Lessa. **O Estado de bem-Estar na Idade da Razão**. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

LOBO, Valéria Marques. Democracia e Corporativismo no Brasil. **Dissertação de Mestrado**. Belo Horizonte: UFMG, 1995.

LOBO, Valéria Marques. Os Elos e os nós: movimento sindical, (des)mercantilização e os excluídos do mercado formal de trabalho no Brasil. **Tese de Doutorado**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

MALLOY, James M. A política de previdência social: participação e paternalismo. **Dados nº13**. Rio de Janeiro, 1976.

MOTTA, Helena. **Crise e reforma do Estado brasileiro**. Juiz de Fora: Ed UFJF, 2000.

NUNES, Edson. **A Gramática Política do Brasil – clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Industrialização e atitudes operárias: estudo de um grupo de trabalhadores**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009

SANTOS, W. G. **Cidadania e Justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso: da escravidão à Lava-Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

VIANNA, L. W. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**GUSTAVO BISCAIA DE LACERDA** é Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2010), Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR, 2004) e Bacharel em Ciências Sociais pela UFPR (2001); entre 2012 e 2013 realizou estágio pós-doutoral em Teoria Política na UFSC. Desde 2004 é Sociólogo da UFPR. Suas principais áreas de atuação consistem em teoria política republicana; história das idéias; história política brasileira; pensamento político brasileiro; positivismo; políticas públicas e gestão universitária. Acesso ao currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7429958414421167>

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Autonomia financeira 1

### C

Cargos de liderança 200

Cidadania 30, 41, 70, 124, 165, 231, 232, 253, 259, 260, 348, 380, 397, 411, 416, 418, 430

Condicionamento 1

Consumo 287, 299

Criança e adolescente 375

### D

Demandas Sociais 380, 404

Democracia 29, 123, 261, 322, 328, 334, 352, 392, 418

Desenvolvimento Socioeconômico 126

Direitos Humanos 6, 31, 43, 50, 51, 55, 65, 66, 70, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 177, 229, 230, 231, 254, 257, 260, 261, 264, 300, 305, 315, 320, 329, 374, 379, 416

Drogas 300, 302, 303, 305, 307, 309

### E

Educação 25, 26, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 79, 80, 81, 125, 138, 177, 180, 181, 185, 186, 189, 199, 218, 219, 220, 227, 228, 229, 231, 232, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 269, 281, 311, 314, 316, 317, 320, 379, 416

### F

Federalismo 1, 3, 5, 12

### G

Gênero 190, 218, 219, 220, 222, 230, 231, 379

### H

Humanização 311, 349, 350

### I

Identidade 182, 220, 230, 231

Integridade Física e Psíquica 232, 234, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280,

281, 282, 283, 284, 285

## **L**

legitimidade 10, 21, 32, 302, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 362, 364

## **M**

Meio ambiente 335

Mercado de trabalho 190, 205

Mulheres 41, 76, 199, 200, 203, 206, 211, 218, 232, 253, 255, 259, 260, 369, 379

## **P**

Pobreza 126, 136, 137, 153

Política Pública Protetiva 253, 254, 255, 256, 257, 259, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285

Política Social 13, 124

Proteção Animal 232

## **R**

Responsabilidade Socioambiental 335, 341, 342

## **S**

SUS 9, 309, 310, 349, 350, 351, 352

Sustentabilidade 335, 347, 348

## **V**

Violência Humana 232

Violência sexual 365

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-528-0

